
Chapada do Piauí II Holding S.A.

***Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2024
e relatório do auditor independente***

Relatório da Administração

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Chapada do Piauí II Holding S.A. (“Chapada II” ou “Companhia”) apresenta-lhes, a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia que abrangem a Chapada II e suas controladas, Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. (“Santa Joana I”), Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. (“Santa Joana III”), Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. (“Santa Joana IV”), Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. (“Santa Joana V”), Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. (“Santa Joana VII”), Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. (“Santo Augusto IV” e, em conjunto com Chapada II, Santa Joana I, Santa Joana III, Santa Joana IV, Santa Joana V, Santa Joana VII e Santo Augusto IV, o “Grupo”), preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1. Considerações iniciais

Durante o exercício de 2024, o Grupo manteve um engajamento proativo na promoção de melhorias operacionais e gerenciais, com destaque para as normas e requisitos de saúde, segurança e preservação ambiental, sempre buscando incorporar as melhores práticas do setor. O Centro de Operações, localizado em Natal – RN é responsável pela supervisão remota dos ativos de geração de energia eólica, assim como pelo fornecimento de suporte de engenharia com o intuito de otimizar seus procedimentos, oferecendo apoio contínuo às equipes em campo.

A Receita Líquida do Grupo apresentou um aumento de 4,9% no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, em comparação a 2023.

A administração da Companhia reitera seu compromisso com seus acionistas, clientes, parceiros, comunidades onde atua e demais stakeholders, permanecendo confiante na estabilidade e resiliência dos negócios do Grupo.

A Companhia continua comprometida com a adoção das melhores práticas de governança corporativa e com os valores e princípios do Grupo.

2. Ambiente Macroeconômico

A atividade econômica brasileira apresentou resultados positivos em 2024. Esse desempenho foi impulsionado por uma recuperação robusta em diversos setores, refletindo um ambiente econômico mais favorável. O mercado de trabalho também se destacou, alcançando a menor taxa de desemprego da série histórica desde 2012.

Ao mesmo tempo, a inflação, medida pelo IPCA, ultrapassou o limite superior da margem de tolerância estabelecida pelo governo. Em resposta a esse cenário inflacionário, o Comitê de Política Monetária (Copom) realizou aumentos sucessivos na taxa básica de juros da economia brasileira, a taxa Selic, durante todo o ano de 2024, terminando o ano a 12,25% a.a., visando controlar a pressão sobre os preços.

Para 2025, as expectativas do mercado, conforme indicado pelo relatório Focus, projetam um crescimento do PIB em torno de 2%. O tema fiscal continua sendo um desafio preponderante para a economia brasileira. O mercado espera uma política fiscal orientada pela austeridade financeira, com o objetivo de reduzir os gastos públicos e mitigar os riscos associados ao aumento da inflação.

3. Ambiente Regulatório

3.1 Expansão da Geração e Evolução da Carga

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) registrou em dezembro uma ampliação de 503 megawatts (MW) na capacidade instalada de geração de energia elétrica no País, avanço que colaborou para um crescimento de 19,8 gigawatts (GW) na matriz elétrica brasileira ao longo de 2024. Assim, o país passa a contar com 246,5 GW de potência instalada.

De acordo com a ANEEL, para o ano de 2024, o destaque foi a evolução da capacidade instalada da Micro e Mini Geração Distribuída (MMGD), que atingiu o patamar de 35,65 GW de potência sendo, 9,02 GW, a capacidade instalada adicionada em 2024.

Dessa forma, temos as usinas hidráulicas como a maior fonte de geração do Brasil (110 GW), seguida pelas usinas térmicas (48 GW) em segundo, e MMGD em terceiro, ficando à frente das usinas eólicas (33 GW) e solares (18 GW).

Com relação às expectativas para o ano de 2025, a ANEEL estima um incremento de 8,3 GW de potência, sendo 3,2 GW de projetos de fonte solar, 2,4 GW movidas as combustível fóssil, 2,1 GW de eólica, 0,33 GW de biomassa e 0,25 GW de hidráulicas.

Quanto ao consumo, em 2024, a carga global do SIN deve totalizar 573.021 GWh, o que corresponde a um crescimento de 5,5% em relação ao ano anterior. Tal comportamento da carga do SIN durante o ano de 2024 foi impactado por fatores relativos à confiança econômica e a eventos meteorológicos.

Sob a ótica econômica, o destaque vai para os índices de confiança da indústria, do setor de construção e do consumo. A evolução favorável e a resiliência do mercado de trabalho e da renda, contribuíram para a manutenção da demanda interna aquecida gerando reflexos positivos nos resultados do Produto Interno Brasileiro (PIB) e, conseqüentemente, sobre o crescimento da carga. O cenário de alta da inflação, iniciado em maio de 2024, com a conseqüente retomada da política monetária contracionista, em setembro, ainda não mostrou seus efeitos sobre o comportamento da carga.

Tal como o comportamento dos indicadores econômicos, os fatores meteorológicos também impactaram o comportamento da carga do SIN ao longo do ano de 2024. O fenômeno do El Niño influenciou o comportamento da carga ao longo do 1º semestre do ano de 2024, com destaque para o 1º trimestre do referido ano, onde pôde ser observada anomalia positiva de temperatura em todas as regiões do país. Entre os meses de abril e maio, foi observada precipitação acima da média, com destaque para a ocorrência de evento extremo no Rio Grande do Sul. Já no segundo semestre, o desempenho da carga foi afetado pela predominância de temperaturas extremas (máximas e mínimas) acima da média histórica nas regiões que compõem os subsistemas Sudeste/Centro-Oeste (SE/CO) e Sul, acompanhada de precipitação abaixo da média histórica.

Para 2025, as projeções da CCEE, EPE e ONS indicam um crescimento da carga global da ordem de 3,5% relativamente ao ano anterior, ou seja, 2.791 MW médios superior à carga verificada em 2024.

3.2 Reservatórios do Setor Elétrico e seus Efeitos sobre o PLD

No primeiro semestre de 2024, o Brasil vivenciou uma situação confortável de geração de energia elétrica no país, principalmente devido às condições climáticas favoráveis para a geração de energia nas usinas hidrelétricas.

No entanto, da segunda metade do ano em diante, a região Sudeste/Centro-Oeste, que é o subsistema que possui aproximadamente 70% da capacidade de armazenamento de água do SIN, apresentou níveis preocupantes de armazenamento, os quais somente se recuperaram em meados do mês de novembro. Dessa forma, os níveis de armazenamento do SIN encerraram 2024 em 53%, 7 p.p abaixo de 2023 (60%).

Isso refletiu em um aumento do custo de geração de energia no país e o *Generation Scaling Factor* (GSF) atingiu 87% em média para 2024, uma redução de 2,2% comparado ao ano anterior. Não apenas a hidrologia afetou negativamente os níveis de GSF, mas também o acionamento de termelétricas, visando preservar os recursos hídricos, uma das medidas utilizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) para evitar problemas de abastecimento no país, especialmente nos horários de pico de consumo de energia, devido às chuvas abaixo do esperado. Adicionalmente, com o acionamento das usinas térmicas associados aos baixos níveis dos reservatórios contribuíram para uma alta volatilidade do Preço da Liquidação das Diferenças (PLD), o qual alcançou, em determinados períodos de outubro, 716,80 R\$/MWh, e retornando ao limite mínimo regulatório de 61,07 R\$/MWh.

4 Responsabilidade social

O Grupo tem como objetivo produzir energia elétrica a partir da fonte de energia eólica e tem como missão gerar negócios de qualidade em energia renovável com ética, rentabilidade, inovação e sustentabilidade. A companhia em conjunto com Chapada do Piauí Holding I S.A e Chapada do Piauí III Holding S.A. formam o Complexo Eólico Chapada do Piauí. Este empreendimento é constituído por quinze Parques Eólicos (Ventos de Santa Joana IX, Ventos de Santa Joana X, Ventos de Santa Joana XI, Ventos de Santa Joana XII, Ventos de Santa Joana XIII, Ventos de Santa Joana XV, Ventos de Santa Joana XVI, Ventos de Santa Joana I, Ventos de Santa Joana III, Ventos de Santa Joana IV, Ventos de Santa Joana V, Ventos de Santa Joana VII, Ventos de Santo Augusto IV, Ventos de Santo Augusto III e Ventos de Santo Augusto V) localizados nos municípios de Marcolândia, Caldeirão Grande e Simões no Piauí.

O Grupo entende que os investimentos sociais criam oportunidades significativas para nossos negócios, fortalecendo o relacionamento com as comunidades, autoridades governamentais e demais stakeholders, melhorando nossa reputação, atraindo novos talentos e expandindo nossos negócios. O Grupo possui uma equipe dedicada para a gestão e cumprimento dos requisitos legais presentes nas suas licenças ambientais emitidas pelo órgão ambiental estadual SEMAR – Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Piauí.

O Grupo executa ações socioambientais na região onde estão localizados os seus empreendimentos. Essas ações são executadas através de programas de Educação Ambiental e Comunicação Social, os quais criam um canal contínuo de comunicação e interação entre o empreendedor e as comunidades nas proximidades do Complexo Eólico Chapada do Piauí, de modo a mantê-las informadas das atividades desenvolvidas ao longo de sua operação, podendo dessa forma: sanar as dúvidas; minimizar as expectativas negativas em relação ao empreendimento, assim como maximizar os impactos positivos. Além disso, objetiva criar condições efetivas para a conscientização ambiental da população do entorno do empreendimento na construção de um senso crítico que os leve a compreender a importância e compreensão da importância participativa no processo de melhoria da qualidade de vida individual e coletiva da população local.

No ano de 2024, no âmbito do Programa de Educação, foram realizadas visitas às comunidades da Serra do Bom Jardim, Serra de Sebastião Silvestre, Cícero Mundinho, Serra dos Elias, Serra de João Tomaz e Serra do Gesso que ficam próximas ao Complexo Eólico da Chapada do Piauí. Nestas visitas, foram trabalhadas as temáticas de 2024 para o meio ambiente da ONU: “Combate à Desertificação e Restauração da Terra” e a temática “Sustentabilidade: uso dos recursos naturais”, considerando a necessidade de trabalhar a temática dos recursos naturais renováveis e não renováveis no cotidiano. Além disso, foi abordada a problemática da supressão vegetal sem autorização, buscando esclarecer as características do Bioma Caatinga com a maior vulnerabilidade aos processos de desertificação, como seca extrema e erosão. Com a necessidade de sensibilizar a população acerca desse tema, foram selecionadas mudas nativas frutíferas e não frutíferas e realizados os plantios em áreas próximas às comunidades.

O Grupo, em cumprimento às leis e à conformidade legal, executa diversos programas socioambientais, alinhados com as necessidades do meio ambiente de cada região e aprovados pelos órgãos licenciadores. Em 2024, também foram executados os programas ambientais programados para o período, como o Programa de Monitoramento de Fauna, Programa de Gerenciamento de Resíduos (PGRS), Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social, Programa de Controle e Monitoramento dos Processos Erosivos e Equipamentos de Drenagem, Programa de Sinalização Informativa, Programa de Monitoramento de Ruídos e Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD.

5 Desempenho econômico-financeiro

Os comentários da Administração sobre o desempenho econômico-financeiro e o resultado das operações devem ser lidos em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e notas explicativas.

Receita Operacional

Conforme demonstrado no quadro a seguir, a Receita Líquida no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 144.164, o que representa um aumento de 4,9% quando comparado ao exercício de 2023. Esse aumento é decorrente, principalmente, do reajuste do preço da energia do contrato vigente.

Abaixo o quadro com a composição da Receita Líquida.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|-----------------------------|-------------------|-------------------|
| Receita Bruta CCEAR | 179.569 | 172.142 |
| Provisão para Ressarcimento | (31.299) | (34.431) |
| Receita Bruta | 148.270 | 137.711 |
| Receita Bruta Mercado Livre | 2.087 | 5.498 |
| Total Receita Bruta | 150.357 | 143.209 |
| Impostos e Encargos | (6.193) | (5.823) |
| Receita Líquida | 144.164 | 137.386 |

Geração Operacional de Caixa

O EBITDA é uma medida não contábil, calculado a partir da soma do lucro ou prejuízo do exercício, impostos, resultado financeiro, depreciação e amortização. O mercado e a Administração utilizam esse indicador de desempenho gerencial para avaliar a performance operacional do Grupo. Abaixo o cálculo do EBITDA do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
|--|-------------------|-------------------|
| Lucro (Prejuízo) do exercício | (6.405) | 10.581 |
| Depreciação e amortização | 36.052 | 35.180 |
| Resultado financeiro | 32.918 | 28.346 |
| Imposto de renda e contribuição social | 13.314 | 10.964 |
| EBITDA | 75.879 | 85.071 |

A geração de caixa operacional do Grupo, medida pelo EBITDA, atingiu R\$ 75.879 no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, que representa uma redução de 10,81% quando comparado ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Isso se deve, substancialmente, à queda de R\$ 9.964 do lucro operacional do Grupo em razão do aumento nos custos operacionais.

Resultado financeiro

O resultado financeiro do Grupo apresentou piora no seu desempenho, saindo de um resultado negativo de R\$ 28.346 em 2023 para R\$ 32.918, também negativos, em 2024. O fator preponderante foi a redução nas receitas financeiras que passaram de R\$ 11.235 em 2023 para R\$ 6.225 em 2024. Essa redução está diretamente ligada à redução do saldo de caixa e, conseqüentemente, dos rendimentos de aplicações financeiras em razão dos pagamentos dos ressarcimentos.

Resultado do exercício

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo apurou um prejuízo de R\$ 6.405 em comparação ao lucro de R\$ 10.581 em 31 de dezembro de 2023. Esse aumento no prejuízo decorre, substancialmente: (i) do aumento dos custos de operação; (ii) redução das receitas financeiras conforme mencionado acima.

Abaixo apresentamos a demonstração do resultado:

| | Consolidado | |
|--|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Receita líquida de vendas | 144.164 | 137.386 |
| Custo do serviço de energia elétrica | (77.529) | (70.813) |
| Lucro bruto | 66.635 | 66.573 |
| Despesas gerais e administrativas | (10.843) | (9.909) |
| Outros ganhos (perdas), líquidos | (15.865) | (6.773) |
| Lucro operacional | 39.927 | 49.891 |
| Resultado financeiro | | |
| Receitas financeiras | 6.225 | 11.235 |
| Despesas financeiras | (39.143) | (39.581) |
| | (32.918) | (28.346) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 7.009 | 21.545 |
| Imposto de renda e contribuição social | (13.414) | (10.964) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (6.405) | 10.581 |

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2024, a posição de endividamento do Grupo era de R\$ 294.257, que representa uma redução de 10,95% em relação a 31 de dezembro de 2023, cuja dívida total era de R\$ 330.454.

| | Controladora e Consolidado | |
|------------------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Circulante | | |
| Debêntures | 40.262 | 332.386 |
| (-) Custo de Colocação | | (1.932) |
| | 40.262 | 330.454 |
| Não circulante | | |
| Financiamento | 255.441 | |
| (-) Custo de Colocação | (1.446) | |
| | 253.995 | |
| Total | 294.257 | 330.454 |

6 Agradecimentos

Por fim, a Companhia quer registrar seus agradecimentos aos clientes, acionistas, fornecedores, representantes, instituições financeiras e órgãos governamentais pelo apoio recebido, bem como à equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação dispensados.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Chapada do Piauí II Holding S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a Notas 1.2 às demonstrações financeiras, que descreve que a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no encerramento do exercício no montante de R\$ 87.573 mil, no consolidado. Essa situação, entre outras descritas na Nota 16, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Chapada do Piauí II Holding S.A.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de abril de 2025


PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Balanço Patrimonial

Em milhares de reais

| Ativo | Nota | Controladora | | Consolidado | | Passivo e patrimônio líquido | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|------|----------------|----------------|----------------|----------------|--|---------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | | |
| Circulante | | | | | | Circulante | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 91.767 | 51.881 | 96.046 | 91.934 | Fornecedores | 15 | 28 | 8 | 10.223 | 14.082 |
| Caixa restrito | | | | 2.965 | | Financiamento | 16 | 40.262 | 330.454 | 40.262 | 330.454 |
| Contas a receber | 7 | | | 23.446 | 2.999 | Partes relacionadas | 9 | | 216 | 4.206 | 1.303 |
| Estoques | | | | 3.503 | 3.425 | Tributos e obrigações trabalhistas a pagar | | 8.635 | 31 | 14.372 | 2.188 |
| Tributos a recuperar | 8 | 5.152 | 1.285 | 10.377 | 7.118 | Provisão de ressarcimento | 17 | | | 131.167 | 144.917 |
| Partes relacionadas | 9 | 96.986 | 112.907 | | 2 | Provisão de Liminar excludente | 17 | | | 26.711 | 24.841 |
| Despesas antecipadas | | 318 | 1.053 | 2.143 | 3.212 | Total do passivo circulante | | 48.925 | 330.709 | 226.941 | 517.785 |
| Outras contas a receber | | | | 888 | 1.307 | | | | | | |
| Total do ativo circulante | | 194.223 | 167.126 | 139.368 | 109.997 | Não circulante | | | | | |
| Não circulante | | | | | | Financiamento | | | | | |
| Realizável a longo prazo | | | | | | 16 | 253.995 | | | 253.995 | |
| Partes relacionadas | 9 | 159.228 | 174.540 | | | Provisão de ressarcimento | 17 | | | 20.893 | 7.408 |
| Tributos a recuperar | 8 | | | 763 | 270 | Provisão para desmobilização | 17 | | | 6.050 | 6.159 |
| Depósitos vinculados financiamento | 10 | 31.309 | 19.756 | 31.309 | 19.756 | Total do passivo não circulante | | 253.995 | | 280.938 | 13.567 |
| Depósitos judiciais | 17 | | | 118 | 110 | Total do passivo | | 302.920 | 330.709 | 507.879 | 531.352 |
| Tributos diferidos | 11 | | | 4.683 | 4.692 | Patrimônio líquido | | | | | |
| | | 190.537 | 194.296 | 36.873 | 24.828 | Capital social | 18 | 538.617 | 458.617 | 538.617 | 458.617 |
| Investimentos | 12 | 298.362 | 275.894 | | | Prejuízos acumulados | | (158.415) | (152.010) | (158.415) | (152.010) |
| Imobilizado | 13 | | | 710.087 | 701.202 | Total do patrimônio líquido | | 380.202 | 306.607 | 380.202 | 306.607 |
| Intangível | 14 | | | 1.753 | 1.932 | Total do passivo e patrimônio líquido | | | | | |
| Total do ativo não circulante | | 488.899 | 470.190 | 748.713 | 727.962 | | | 683.122 | 637.316 | 888.081 | 837.959 |
| Total do ativo | | 683.122 | 637.316 | 888.081 | 837.959 | | | | | | |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Receita líquida de vendas | 19 | | | 144.164 | 137.386 |
| Custo do serviço de energia elétrica | 20 | | | (77.529) | (70.813) |
| Lucro bruto | | | | 66.635 | 66.573 |
| Resultado com participações societárias | 12 | (25.432) | (6.674) | | |
| Despesas gerais e administrativas | 21 | (370) | (249) | (10.843) | (9.909) |
| Outros ganhos (perdas), líquidos | 21 | | | (15.865) | (6.773) |
| Lucro (prejuízo) operacional | | (25.802) | (6.923) | 39.927 | 49.891 |
| Resultado financeiro | 22 | | | | |
| Receitas financeiras | | 60.560 | 57.602 | 6.225 | 11.235 |
| Despesas financeiras | | (33.010) | (34.759) | (39.143) | (39.581) |
| | | 27.550 | 22.843 | (32.918) | (28.346) |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 1.748 | 15.920 | 7.009 | 21.545 |
| Imposto de renda e contribuição social | 23 | (8.153) | (5.339) | (13.414) | (10.964) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | | (6.405) | 10.581 | (6.405) | 10.581 |
| Lucro líquido (prejuízo) básico e diluído atribuível por lote de mil ações - R\$ | 18 | | | (0,01) | 0,02 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|--|-----------------------|----------------------|-----------------------|----------------------|
| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (6.405) | 10.581 | (6.405) | 10.581 |
| Outros componentes do resultado abrangente | | | | |
| Total do resultado abrangente | <u>(6.405)</u> | <u>10.581</u> | <u>(6.405)</u> | <u>10.581</u> |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

| | Nota | Capital social | | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido |
|----------------------------------|------|----------------|--------------------|----------------------|-----------------------------|
| | | Subscrito | (-) a integralizar | | |
| Em 01 de janeiro de 2023 | | 462.617 | (4.000) | (162.591) | 296.026 |
| Aumento de capital | | 37.000 | (37.000) | | |
| Lucro líquido do exercício | | | | 10.581 | 10.581 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | 499.617 | (41.000) | (152.010) | 306.607 |
| Prejuízo do exercício | | | | (6.405) | (6.405) |
| Aumento de capital | 18 | 39.000 | 41.000 | | 80.000 |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | 538.617 | | (158.415) | 380.202 |

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro Em milhares de reais

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|---------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | | | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | | 1.748 | 15.920 | 7.009 | 21.545 |
| Ajustes de receitas e despesas | | | | | |
| Depreciação e amortização | 20 | | | 36.052 | 35.180 |
| Baixa de ativo imobilizado | | | | 16.574 | 8.226 |
| Resultado com participações societárias | 12 | 25.432 | 6.674 | | |
| Atualização financeira de provisão de desmobilização | 22 | | | 638 | 584 |
| Provisão e atualização financeira de ressarcimento | 17 e 22 | | | 34.722 | 37.845 |
| Juros, variações monetárias e amortização de custo – financiamento | 22 | 28.141 | 31.924 | 28.141 | 31.924 |
| Juros variações monetárias partes relacionadas | 22 | (56.683) | (52.173) | | |
| Atualização financeira de liminar excludente | 22 | | | 1.870 | 616 |
| Variações nos ativos e passivos | | | | | |
| Contas a receber | | | | (20.447) | 18.764 |
| Estoques | | | | (78) | (1.080) |
| Tributos a recuperar | | (3.867) | (1) | (3.752) | 253 |
| Partes relacionadas | | (216) | 216 | 2.905 | 1.865 |
| Outras contas a receber | | | 4 | 419 | 5.974 |
| Despesas antecipadas | | 735 | (877) | 1.069 | (3.014) |
| Depósitos judiciais | | | | (8) | (5) |
| Fornecedores | | 20 | (74) | (2.577) | 246 |
| Provisão de ressarcimento | | | | (34.987) | (56.689) |
| Tributos e obrigações trabalhistas a pagar | | 4.400 | (592) | 5.901 | (1.559) |
| Caixa proveniente das (aplicado nas) operações | | (290) | 1.021 | 73.451 | 100.675 |
| Juros pagos de financiamento | 16 | (25.239) | (28.012) | (25.239) | (28.012) |
| Juros recebidos partes relacionadas cessão de recebíveis | 9 | 56.683 | 52.173 | | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | | (3.949) | (5.950) | (6.251) | (12.009) |
| Caixa líquido proveniente das atividades operacionais | | 27.205 | 19.232 | 41.961 | 60.654 |
| Fluxos de caixa das atividades de investimento | | | | | |
| Aumento de capital em controladas | | (47.900) | | | |
| Adições de bens do ativo imobilizado | 12 e 25 | | | (64.232) | (21.511) |
| Depósitos vinculados a financiamento | | (11.553) | 958 | (11.553) | 958 |
| Caixa restrito | | | | (2.965) | |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de investimento | | (59.453) | 958 | (78.750) | (20.553) |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | | |
| Pagamento de financiamento | 16 | (39.099) | (38.806) | (39.099) | (38.806) |
| Recebimento de partes relacionadas - cessão de recebíveis | 9 | 31.233 | 28.748 | | |
| Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas | | 80.000 | | 80.000 | |
| Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento | | 72.134 | (10.058) | 40.901 | (38.806) |
| Aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos | | 39.886 | 10.132 | 4.112 | 1.295 |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | | 51.881 | 41.749 | 91.934 | 90.639 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | | 91.767 | 51.881 | 96.046 | 91.934 |

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 25.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Chapada do Piauí II Holding S.A. ("Companhia" ou "Controladora"), com sede e foro na cidade e estado de São Paulo, na Rua Campos Bicudo, n.º 98, 4º andar, Jardim Europa, tem por objeto social a estruturação, o desenvolvimento, a implantação e a exploração de empreendimentos de energia elétrica por fonte eólica. A Companhia detém 100% das ações das empresas Ventos de Santa Joana I Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana I"), Ventos de Santa Joana III Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana III"), Ventos de Santa Joana IV Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana IV"), Ventos de Santa Joana V Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana V"), Ventos de Santa Joana VII Energias Renováveis S.A. ("Ventos de Santa Joana VII"), e Ventos de Santo Augusto IV Energias Renováveis S.A. ("Santo Augusto IV"), coletivamente referidas como "Controladas", e, em conjunto com a Controladora, referidas como "Grupo".

A Companhia possui como controladora direta a Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca") (anteriormente denominada como Contour Global do Brasil Holding Ltda.) e controlador final o Pátria Infraestrutura IV Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia ("Pátria").

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de abril de 2025.

As atividades do Grupo são reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O Grupo possui outorga de geração emitida pelo Ministério de Minas e Energia – MME conforme listado abaixo:

| SPE | Portaria MME | Término das outorgas |
|----------------------------|---|-----------------------------|
| Ventos de Santa Joana I | Portaria nº 272, de 09 de junho de 2014 | Junho de 2049 |
| Ventos de Santa Joana III | Portaria nº 271, de 09 de junho de 2014 | Junho de 2049 |
| Ventos de Santa Joana IV | Portaria nº 221, de 28 de maio de 2014 | Mai de 2049 |
| Ventos de Santa Joana V | Portaria nº 238, de 30 de maio de 2014 | Mai de 2049 |
| Ventos de Santa Joana VII | Portaria nº 275, de 11 de junho de 2014 | Junho de 2049 |
| Ventos de Santo Augusto IV | Portaria nº 274, de 11 de junho de 2014 | Junho de 2049 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

As Controladas possuem contratos de PPA (“*Power Purchase Agreement*”) com as seguintes características:

| <u>Eólica</u> | <u>Estado</u> | <u>Cidade</u> | <u>Capacidade instalada (MW)</u> | <u>Garantia Física MWh/Ano</u> | <u>Início</u> | <u>Término</u> |
|------------------|---------------|-------------------------------|----------------------------------|--------------------------------|---------------|----------------|
| Santa Joana I | Piauí | Caldeirão Grande, Marcolândia | 28,90 | 131.400 | jan-16 | dez-35 |
| Santa Joana III | Piauí | Caldeirão Grande | 29,60 | 117.384 | jan-16 | dez-35 |
| Santa Joana IV | Piauí | Marcolândia | 27,20 | 124.392 | jan-16 | dez-35 |
| Santa Joana V | Piauí | Caldeirão Grande, Marcolândia | 28,90 | 123.516 | jan-16 | dez-35 |
| Santa Joana VII | Piauí | Caldeirão Grande | 28,90 | 130.524 | jan-16 | dez-35 |
| Santo Augusto IV | Piauí | Caldeirão Grande | 28,90 | 135.780 | jan-16 | dez-35 |
| | | | 172,40 | 762.996 | | |

1.2 Situação financeira

| | <u>Controladora</u> | | <u>Consolidado</u> | |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> | <u>31/12/2024</u> | <u>31/12/2023</u> |
| Total do ativo circulante | 194.223 | 167.126 | 139.368 | 109.997 |
| (-) Total do passivo circulante | (48.925) | (330.709) | (226.941) | (517.785) |
| Capital circulante líquido | 145.298 | (163.583) | (87.573) | (407.788) |

A Administração elaborou fluxo de caixa projetado considerando premissas operacionais e financeiras, sendo que algumas não são de controle efetivo da Companhia, como por exemplo, meteorologia, inflação e a definição do pagamento ou não de montantes junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”), que estão sendo discutidos judicialmente.

Cabe salientar que, em 31 de dezembro de 2024, as Controladas da Companhia, não atingiram o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) mínimo de 1,20 exigido no contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”). No entanto, foi solicitado ao BNDES *waiver* prévio ao descumprimento desta obrigação, exclusivamente para o ano de 2024, o qual foi aceito e autorizado pelo banco, conforme detalhado na nota explicativa 16. Desta forma, o saldo devedor do BNDES foi reclassificado conforme o seu cronograma de pagamentos, entre circulante e não circulante.

A conclusão da Administração com base no fluxo de caixa projetado para os próximos 12 meses é de que terá capacidade financeira para a liquidação das obrigações de curto prazo por meio de recursos oriundos das atividades operacionais da Companhia e de suas Controladas e eventuais aportes de capital pelos acionistas, se necessários.

O atual acionista controlador reforçou seu compromisso na continuidade dos negócios do Grupo, a qual deverá contar com seu suporte financeiro conforme eventual necessidade de caixa e dentro dos seus limites permitidos.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1.3 Principais eventos ocorridos no exercício de 2024

(a) Conclusão do contrato de compra e venda da Controladora da Companhia

Em 30 de junho de 2024, a Contour Global do Brasil Holding Ltda. ("ContourGlobal") atualmente denominada Chapada Branca Holding S.A. ("Chapada Branca"), empresa controladora da Companhia, recebeu todas as autorizações e cumpriu as condições necessárias para concluir a operação de compra e venda das quotas do capital social, no qual a Infraestrutura Brasil Holding XX S.A. ("IBH XX"), uma investida controlada pela Pátria, adquiriu 90% das quotas do capital social, enquanto a Invenergy Wind South America LLC ("Invenergy"), adquiriu os 10% restantes das quotas do capital social, representando a totalidade do capital social da ContourGlobal vendido pela ContourGlobal Terra 3 S.à.R.L. ("Terra 3").

(b) Suspensão dos pagamentos de ressarcimentos

Em 2024, seguindo o cronograma de liquidação da CCEE, o Grupo pagou o valor de R\$ 54.266, que se refere a parte dos saldos das contas de ressarcimento ("Conta Ressarcimento") que reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos nos seus Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") e que haviam sido suspensos pela ANEEL por força do despacho nº 2.303/2019. Esse cronograma foi cumprido regularmente até a divulgação da contabilização da CCEE referente ao mês de fevereiro de 2024, quando os pagamentos dos ressarcimentos apurados a partir de outubro de 2021 em diante foram novamente interditos.

(c) Integralização de capital

Em 2024, foram realizadas integralizações de capital na Companhia no montante de R\$ 80.000 pela acionista Chapada Branca Holding S.A.

(d) Integralização de capital em controladas

Em 2024, foram realizados integralização de capital nas Controladas totalizando o montante de R\$ 47.900 conforme detalhado a seguir:

| Controlada | Valor |
|----------------------------|---------------|
| Ventos de Santa Joana I | 5.600 |
| Ventos de Santa Joana IV | 15.800 |
| Ventos de Santa Joana V | 7.600 |
| Ventos de Santa Joana VII | 7.900 |
| Ventos de Santo Augusto IV | 11.000 |
| Total | 47.900 |

2 Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As políticas contábeis materiais aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas juntamente com suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão condizentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis materiais do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras estão divulgadas na Nota 3.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção devida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar, sob esse aspecto, ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Controladora.

2.1.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis

Revisadas e vigentes

| | Normas | Alterações | Vigência |
|-------------|--|---|-----------------|
| CPC 26 (R1) | Apresentação das Demonstrações Contábeis | Classificação de Passivos como Circulante ou Não Circulante | 01.01.2024 |
| CPC 26 (R1) | Apresentação das Demonstrações Contábeis | Passivo Não Circulante com <i>Covenants</i> | 01.01.2024 |
| CPC 03 (R2) | Demonstração dos Fluxos de Caixa | Acordos de Financiamento de Fornecedores | 01.01.2024 |
| CPC 06 | Operações de arrendamento mercantil | Passivo de arrendamento em uma venda e arrendamento posterior | 01.01.2024 |

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Revisadas e não vigentes

| | Normas | Alterações | Vigência |
|-------------|---|--|-----------------|
| CPC 36 (R3) | Demonstrações Consolidadas | | |
| CPC 18 (R2) | Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto | Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua Coligada ou Joint Venture | Não definida |
| CPC 26 (R1) | Apresentação das Demonstrações Contábeis | Classificação nas receitas e despesas, divulgação medidas de desempenho e agrupamento de informações nas Demonstrações Financeiras | 01.01.2027 |
| CPC 02 (R2) | Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis | Ausência de conversibilidade | 01.01.2025 |

A Administração da Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.1.2 Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas, abrangendo a Companhia e suas Controladas, nas quais a Companhia detém o controle.

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas Controladas coincide com o da Controladora. Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

Controladas

As Controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Abaixo, apresenta-se o quadro das Controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

| Controladas | Percentual do capital total | Localização | Atividade principal |
|----------------------------|-----------------------------|-------------|-----------------------------|
| Ventos de Santa Joana I | 100% | Piauí | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santa Joana III | 100% | Piauí | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santa Joana IV | 100% | Piauí | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santa Joana V | 100% | Piauí | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santa Joana VII | 100% | Piauí | Geração de energia elétrica |
| Ventos de Santo Augusto IV | 100% | Piauí | Geração de energia elétrica |

2.2 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual o Grupo atua (a "moeda funcional"). As demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional do Grupo e, também, a moeda de apresentação do Grupo.

(b) Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possuía ativos e passivos mensurados em moedas estrangeiras.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas do Grupo não apresentam riscos significativos, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício.

(a) Provisão de ressarcimento sobre a receita

No momento, identificamos que as áreas sujeitas a estimativas e premissas contábeis críticas estão relacionados ao contrato de venda de energia proveniente de novos empreendimentos. Suas premissas e estimativas estão coerentes com as faixas para apuração da receita, cujos limites operacionais contratuais aceitáveis, sem cobrança de penalidades ou recebimentos de bônus, estão em faixas que variam em percentuais da energia contratada conforme cada ano contratual e quadriênio (nota 17 (b)).

(b) Provisão de desmobilização

Os valores da provisão de desmobilização, no consolidado, são contabilizados com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas ajustadas ao valor presente das controladas da Companhia (nota 17(a)).

4 Gestão de risco

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a fatores de riscos financeiros: a) risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco de taxa de juros), b) risco de crédito; e c) risco de liquidez. A gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo.

A gestão de risco é realizada pelo departamento de Tesouraria, seguindo as políticas do Grupo. A Tesouraria identifica, avalia e recomenda ações contra eventuais riscos financeiros em cooperação com a Administração.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Administração do Grupo gerencia sua exposição.

| Risco | Exposição | Metodologia utilizada para mensuração do impacto | Gestão |
|---|---|--|--|
| Risco de mercado – Variação monetária e taxa de juros | Financiamento de longo prazo com taxas variáveis (TJLP) | Análise de sensibilidade | Acompanhar e fazer cenários de stress em cima da projeção de serviço da dívida. |
| Risco de crédito | Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes | Análise de vencimento Avaliação de crédito | Gestão de caixa através de instituições financeiras de primeira linha, definição de limites de concentração/exposição máxima, monitoramento dos ratings pelas principais agências. |
| Risco de liquidez | Financiamento e outros passivos | Previsões de fluxo de caixa | Manutenção de caixa mínimo, monitoramento dos fluxos previstos e realizados, manutenção de aplicações financeiras com liquidez conforme necessário. |

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não estava exposta ao risco cambial decorrente de exposições de moedas estrangeiras, já que não possuía ativos e passivos financeiros denominados em moedas estrangeiras.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou taxa de juros praticadas no mercado

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade dos negócios, oferecer retorno aos quotistas e beneficiar as outras partes interessadas.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O Grupo mantém contratos de financiamento corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP"), dado que a TJLP é uma taxa variável, sua variação gera um risco de fluxo de caixa nas companhias.

Com o objetivo de administrar a liquidez em moeda nacional, o Grupo atualiza os controles de exposição à taxa TJLP periodicamente e avalia a necessidade de cobertura ou não do risco de acordo com as perspectivas macroeconômicas.

Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não possuía contratos de derivativos e/ou swap de taxa de juros.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto.

Para minimizar o risco associado às instituições financeiras, o Grupo mantém relacionamento com bancos de forma a diversificar suas operações. Os investimentos relacionados à sobra de caixa só podem ser feitos em instituições ou fundos que apresentem um patrimônio líquido mínimo adequado, com liquidez diária e classificados como baixo risco segundo mercado local.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência nos seus ativos financeiros com instituições financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não existiam aplicações financeiras com saldos vencidos ou *impaired* e a totalidade dos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de ativos financeiros estão aplicados em instituições consideradas de primeira linha pela administração.

O Grupo avaliou seu histórico de recebimento do contas a receber e identificou que não está exposto a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(c) Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro do Grupo. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade das informações utilizadas como base para a preparação dessas análises.

O Grupo realiza análise de sensibilidade do principal risco ao qual seu financiamento está exposto, representado pela variação da TJLP que corrige o saldo do financiamento.

Para verificar a sensibilidade dessa correção monetária na data-base 31 de dezembro de 2024, foram definidos cinco cenários diferentes.

O cenário I (provável) considera o cenário esperado de variação da TJLP para os próximos 12 meses a partir de 31 de dezembro de 2024, tendo como base as taxas futuras observadas nas projeções oferecidas pelos bancos Itaú e Santander. Sobre o saldo em aberto da dívida é aplicada a diferença esperada para a TJPL de 1,34%, entre a TJLP esperada para 31 de dezembro de 2025, no valor de 8,87%, e a TJPL realizada do ano 2024, no valor de 7,43%.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os demais cenários sensibilizam a variação calculada aplicando variações de mais 25% e 50% e menos 25% e 50% sobre a variação esperada.

| Operação | Saldo em exposição | Impacto provável no resultado | Cenário +25% | Cenário +50% | Cenário (-) 25% | Cenário (-) 50% |
|----------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| Financiamento – Juros TJLP | 295.703 | (3.950) | (4.937) | (5.925) | 4.937 | 5.925 |

(d) Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pelo departamento de tesouraria, que monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Tesouraria acompanha as cláusulas contratuais do financiamento, além de monitorar as cláusulas restritivas (*covenants*), a fim de que o Grupo não quebre limites ou cláusulas estabelecidas nos documentos das operações.

Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida do Grupo, cumprimento de cláusulas, e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

A tesouraria investe o excesso de caixa em Certificados de Depósito Bancário (“CDBs”), escolhendo instrumentos com baixo nível de risco, com vencimentos apropriados, com liquidez diária, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. Na data do balanço, o Grupo mantinha CDBs e caixa disponível na controladora de R\$ 91.767 (R\$ 51.881 em 31 de dezembro de 2023) e no consolidado de R\$ 96.046 (R\$ 91.934 em 31 de dezembro de 2023). Tal saldo com liquidez diária pode ser prontamente acessado na gestão do risco de liquidez, caso necessário.

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento.

| | Controladora | | | | Total |
|----------------------------------|-----------------|---------------|---------------|-------------------|---------|
| | Vencimentos (i) | | | | |
| | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 60 meses | Acima de 61 meses | |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Fornecedores | 28 | | | | 28 |
| Financiamento | 62.033 | 60.416 | 113.054 | 166.326 | 401.829 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
| Fornecedores | 8 | | | | 8 |
| Financiamento | 64.113 | 60.803 | 163.974 | 155.881 | 444.771 |
| Partes relacionadas | 216 | | | | 216 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Consolidado | | | | |
|----------------------------------|-----------------|------------------|------------------|----------------------|---------|
| | Vencimentos (i) | | | | |
| | Até 12 meses | 13 a 24 meses | 25 a 60 meses | Acima de 61 meses | Total |
| Em 31 de dezembro de 2024 | | | | | |
| Fornecedores | 10.223 | | | | 10.223 |
| Financiamento | 62.033 | 60.416 | 113.054 | 166.326 | 401.829 |
| Partes relacionadas | 4.206 | | | | 4.206 |
| Provisão liminar excludente | 26.711 | | | | 26.711 |
| Provisão de ressarcimento | 131.167 | 938 | 19.955 | | 152.060 |
| Em 31 de dezembro de 2023 | | | | | |
| Fornecedores | 14.082 | | | | 14.082 |
| Financiamento | 64.113 | 60.803 | 163.974 | 155.881 | 444.771 |
| Partes relacionadas | 1.303 | | | | 1.303 |
| Provisão liminar excludente | 24.841 | | | | 24.841 |
| Provisão de ressarcimento | 144.917 | 7.408 | | | 152.325 |

(i) As faixas de vencimento apresentadas não são determinadas pela norma, e sim baseadas nos vencimentos contratuais remanescentes.

Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para financiamento.

O Grupo adotou a premissa de não considerar os efeitos de atualizações monetárias baseadas em projeções macroeconômicas futuras para elaboração dos fluxos de caixa não descontados das rubricas de fornecedores, provisão de ressarcimento, partes relacionadas e provisão de liminar excludente.

A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

4.2 Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital adequada para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a administração realiza, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, a revisão da política de pagamento de dividendos, devolução de capital aos acionistas ou, ainda, a emissão de novas ações para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, o Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de financiamento, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e depósitos vinculados a financiamento.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023 podem ser assim sumarizados:

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Total do financiamento | 16 | 294.257 | 330.454 | 294.257 | 330.454 |
| (-) Caixa e equivalentes de caixa | 6 | (91.767) | (51.881) | (96.046) | (91.934) |
| (-) Conta corrente restrita | | (2.965) | | (2.965) | |
| (-) Depósitos vinculados a financiamento | 10 | (31.309) | (19.756) | (31.309) | (19.756) |
| Dívida líquida | | 168.216 | 258.817 | 163.937 | 218.764 |
| Total do patrimônio líquido | | 380.202 | 306.607 | 380.202 | 306.607 |
| Total do capital (patrimônio líquido e dívida líquida) | | 548.418 | 565.424 | 544.139 | 525.371 |
| Índice de alavancagem financeira - % | | 30,67% | 45,77% | 30,13% | 41,64% |

4.3 Outros riscos considerados relevantes

(a) Risco regulatório

As atividades do Grupo, assim como de seus concorrentes, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do Grupo.

(b) Risco de alteração da legislação tributária no Brasil

Alterações na legislação tributária podem gerar eventuais impactos no Grupo. Estas alterações podem, por exemplo, incluir mudanças nas alíquotas dos tributos vigentes, instituição de novos tributos em caráter permanente ou temporário, supressão de benefícios fiscais, cuja arrecadação seja associada a determinados propósitos governamentais específicos.

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) nº 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”) sobre o consumo e em 16 de janeiro de 2025 o Presidente Lula sancionou a Lei Complementar nº 214/25 que regulamenta a Reforma, no entanto, vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares (“LC”).

O modelo da Reforma está baseado em IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de LC.

Haverá um período de transição de 2026 até 2033, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

(c) Mudanças climáticas

Os parques eólicos do Grupo, por essência, já são grandes contribuintes para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (“GEE”), que são os principais causadores do aquecimento global e das mudanças climáticas. Ao gerar energia por fonte renovável, ou seja, sem a queima de combustíveis fósseis, o Grupo

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

não só fornece energia limpa para o crescimento econômico do país, como contribui para que o Brasil seja cada vez menos dependente do petróleo.

Em se tratando das consequências das mudanças climáticas e possíveis impactos sobre os negócios do Grupo, os principais riscos operacionais para os negócios são: incêndios, tempestades, com danos à infraestrutura (Linhas de transmissão, Subestações, acessos internos) com consequente interrupção de operação. Entretanto, não foram identificados riscos climáticos relevantes, exceto pela variação do recurso eólico que impacta na geração de energia. O Grupo monitora constantemente e atualiza seus estudos de recurso eólico para avaliar eventuais impactos em sua produção de energia futura.

(d) Riscos de liquidação do financiamento e ressarcimentos

O Grupo não tem gerado energia suficiente para atingir os volumes acordados em seus respectivos CER, portanto, têm-se observado a quebra dos *covenants* devido ao não atingimento do ICSD definido no contrato de financiamento com o BNDES (nota 16), desde a operacionalização dos projetos, exigindo anualmente a aprovação de *waiver* por parte do referido credor. Como forma de reforçar o caixa do Grupo e mediante a aquisição dos ativos eólicos pelos novos acionistas, foram realizados aportes relevantes, em agosto e setembro de 2024, no total de R\$ 80.000.

Em 2023, a CCEE retomou o desconto dos valores da Conta Ressarcimento relativos aos CER, do período de janeiro de 2018 a setembro de 2021, que finalizou em 2024. Aguarda-se um novo cronograma para as demais parcelas. O saldo estimado para os próximos 12 meses é de R\$ 131.167, impactando assim em uma redução significativa nos recebimentos provenientes dos CER no referido período. Dessa forma, o aporte de R\$80.000 realizado no exercício de 2024 será utilizado para fazer frente a estes gastos e eventualmente poderá ser necessário algum reforço de caixa adicional para cumprir com tais ressarcimentos.

5 Instrumentos financeiros por categoria

(a) Ativos financeiros

As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou quando recebidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. O Grupo avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro esteja registrado com valor acima de seu valor recuperável (*impairment*) e, quando esta situação é identificada, uma provisão é reconhecida na demonstração do resultado.

Classificação, reconhecimento e mensuração

O Grupo classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros ao custo amortizado, conforme definição abaixo:

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os ativos financeiros ao custo amortizado do Grupo compreendem: "Caixa e equivalentes de caixa", "Conta corrente restrita" "Contas a receber", "Partes relacionadas" "Depósitos vinculados a financiamento" e "Outras contas a receber".

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|---|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Ativos, conforme o balanço patrimonial | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 6 | 91.767 | 51.881 | 96.046 | 91.934 |
| Conta corrente restrita | | | | 2.965 | |
| Contas a receber | 7 | | | 23.446 | 2.999 |
| Partes relacionadas | 9 | 256.214 | 287.447 | | 2 |
| Depósitos vinculados a financiamento | | 31.309 | 19.756 | 31.309 | 19.756 |
| Outras contas a receber | | | | 888 | 1.307 |
| Ao custo amortizado | | 379.290 | 359.084 | 154.654 | 115.998 |

Não houve mudança na classificação dos ativos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

(i) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Impairment de ativos financeiros

Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são reconhecidas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo não identificou evidências de perda por *impairment* para um ativo ou grupo de ativos financeiros.

(b) Passivos financeiros ao custo amortizado

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

| | Nota | Controladora | | Consolidado | |
|--|------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Passivo, conforme o balanço patrimonial | | | | | |
| Financiamento | 16 | 294.257 | 330.454 | 294.257 | 330.454 |
| Partes relacionadas | 9 | | 216 | 4.206 | 1.303 |
| Fornecedores | 15 | 28 | 8 | 10.223 | 14.082 |
| Provisão de ressarcimento | 17 | | | 152.060 | 152.325 |
| Provisão liminar excludente | | | | 26.711 | 24.841 |
| Ao custo amortizado | | 294.285 | 330.678 | 487.457 | 523.005 |

As obrigações decorrentes da legislação estão excluídas do saldo de fornecedores e outras obrigações, uma vez que essa análise é exigida somente para instrumentos financeiros.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Não houve mudança na classificação dos passivos financeiros entre os métodos de avaliação em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

O valor justo de financiamento classificados no circulante não difere significativamente do seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é relevante, considerando que os valores principais de financiamento.

6 Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2024 referiam-se a operações compromissadas atreladas à taxa DI (depósito interbancário), remuneradas a uma taxa média de 88% do CDI e CDBs atrelados à taxa DI (depósito interbancário), remunerados a uma taxa média de 99% do CDI (99% em 2023), com liquidez imediata.

| | Controladora | | Consolidado | |
|------------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Recursos em banco e em caixa | | 111 | 176 | 694 |
| Recursos em aplicações financeiras | 91.767 | 51.770 | 95.870 | 91.240 |
| | 91.767 | 51.881 | 96.046 | 91.934 |

7 Contas a receber

Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos as Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD").

A Administração efetua análise criteriosa no contas a receber de clientes e de acordo com a abordagem simplificada. Quando necessário, é constituída uma PECLD para cobrir eventuais perdas desses ativos em sua realização.

As controladas avaliaram seus históricos de recebimentos e identificaram que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia e na formalização de contratos bilaterais. Ademais, os montantes a receber de energia de curto prazo são administrados pela CCEE, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas. Portanto, após as devidas análises a Administração manteve o montante reconhecido de PECLD para os títulos vencidos há mais de 360 dias.

Composição

| | Consolidado | |
|---|---------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Contas a receber de clientes | 23.491 | 3.044 |
| (-) Provisão de créditos de liquidação duvidosa | (45) | (45) |
| | 23.446 | 2.999 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | Consolidado | |
|------------------------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| A vencer | 23.446 | 2.999 |
| Vencidos há mais de 360 dias | 45 | 45 |
| | 23.491 | 3.044 |

8 Tributos a recuperar

Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial do Grupo os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação. Os tributos a recuperar compõem-se, preponderantemente por: IRRF, PIS e COFINS sobre ressarcimento.

Composição

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|--------------|--------------|---------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Circulante | | | | |
| IRRF sobre aplicações financeiras | 1.206 | 380 | 1.206 | 578 |
| PIS/COFINS sobre ressarcimento (i) | | | 4.788 | 5.289 |
| ICMS a recuperar | | | | 66 |
| Antecipação de IRPJ e CSLL | 3.938 | | 3.938 | |
| IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IRRF retido na fonte | 8 | 905 | 445 | 1.185 |
| | 5.152 | 1.285 | 10.377 | 7.118 |
| Não Circulante | | | | |
| PIS/COFINS sobre ressarcimento (i) | | | 763 | 270 |
| | | | 763 | 270 |
| | 5.152 | 1.285 | 11.140 | 7.388 |

(i) PIS, COFINS, sobre provisão de ressarcimento que representa a quantidade de energia faturada, mas não gerada no ambiente dos contratos de venda de energia valorado pelo preço dos contratos.

9 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas entre as empresas do Grupo, coligadas, controladas e acionistas. As operações seguem condições comutativas, observando-se as práticas usuais de mercado e, portanto, não originam quaisquer benefícios ou prejuízos indevidos às partes envolvidas. No curso normal das operações, o Grupo realiza contratos com partes relacionadas (coligadas, controladas e acionistas), relativos às transações apresentadas no quadro a seguir.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Empresas | Natureza | 31/12/2024 | | Controladora 31/12/2023 | |
|---------------------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------------------|--------------------|
| | | Ativo circulante | Ativo não circulante | Ativo circulante | Passivo circulante |
| Chapada do Piauí I Holding S.A. | Custo compartilhado | | | | 216 |
| | | | | | 216 |
| Ventos de Santa Joana I | Cessão de recebíveis | 16.687 | 37.752 | 19.761 | 40.418 |
| Ventos de Santa Joana III | Cessão de recebíveis | 15.227 | 21.315 | 16.707 | 23.155 |
| Ventos de Santa Joana IV | Cessão de recebíveis | 15.874 | 21.091 | 18.812 | 23.657 |
| Ventos de Santa Joana V | Cessão de recebíveis | 16.632 | 22.765 | 19.238 | 26.137 |
| Ventos de Santa Joana VII | Cessão de recebíveis | 16.421 | 30.330 | 19.118 | 33.983 |
| Ventos de Santo Augusto IV | Cessão de recebíveis | 16.145 | 25.975 | 19.271 | 27.190 |
| | | 96.986 | 159.228 | 112.907 | 174.540 |
| Total | | 96.986 | 159.228 | 112.907 | 216 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Controladora | | | | | | |
|----------------------------|----------------------|------------------|----------------------|----------------------|---------------------|--------------------|
| | Natureza | Ativo circulante | Natureza | Ativo não circulante | Natureza | Passivo circulante |
| Movimentação | Cessão de recebíveis | Total | Cessão de recebíveis | Total | Custo compartilhado | Total |
| Saldo em 01/01/2023 | 104.579 | 104.579 | 211.616 | 211.616 | | |
| Resultado | | | | | 216 | 216 |
| Provisão de juros | 52.173 | 52.173 | | | | |
| Liquidação principal | (28.748) | (28.748) | | | | |
| Liquidação encargos | (52.173) | (52.173) | | | | |
| Transferência | 37.076 | 37.076 | (37.076) | (37.076) | | |
| Saldo em 31/12/2023 | 112.907 | 112.907 | 174.540 | 174.540 | 216 | 216 |
| Provisão de juros | 56.683 | 56.683 | | | | (218) |
| Liquidação principal | (31.233) | (31.233) | | | (216) | (216) |
| Liquidação encargos | (56.683) | (56.683) | | | | 218 |
| Transferência | 15.312 | 15.312 | (15.312) | (15.312) | | |
| Saldo em 31/12/2024 | 96.986 | 96.986 | 159.228 | 159.228 | | |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | | Consolidado | | |
|---|---------------------|---------------------------|-------------------------|---------------------------|
| | | 31/12/2024 | | 31/12/2023 |
| <u>Empresas</u> | <u>Natureza</u> | <u>Passivo circulante</u> | <u>Ativo circulante</u> | <u>Passivo circulante</u> |
| Chapada Branca Holding S.A. | Custo compartilhado | 1.559 | | 566 |
| Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. | Custo compartilhado | 153 | | 521 |
| Asa Branca VII Energias Renováveis S.A. | Custo compartilhado | | 2 | |
| Chapada do Piauí I Holding S.A. | Custo compartilhado | | | 216 |
| | | 1.712 | 2 | 1.303 |
| Invenergy Serviços Brasil Ltda. | Fornecedores | 2.494 | | |
| | | 2.494 | | |
| Total | | 4.206 | 2 | 1.303 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Consolidado | | | | | | |
|----------------------------|---------------------|------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|--------------|
| Movimentação | Natureza | Ativo circulante | Natureza | Passivo circulante | | Total |
| | Custo compartilhado | Total | Custo compartilhado | Fornecedores | Outras contas a pagar | |
| Saldo em 01/01/2023 | 1.349 | 1.349 | 785 | | | 785 |
| Ingresso | | | 4.476 | | | 4.476 |
| Resultado | 3 | 3 | 2.324 | | | 2.324 |
| Liquidação | (1.350) | (1.350) | (6.282) | | | (6.282) |
| Saldo em 31/12/2023 | 2 | 2 | 1.303 | | | 1.303 |
| Ingresso | 206 | 206 | 4.238 | | | 4.238 |
| Resultado | | | 4.545 | 9.651 | | 14.196 |
| Ativo imobilizado | | | | 523 | 12.567 | 13.090 |
| Liquidação | (208) | (208) | (8.374) | (7.680) | (12.567) | (16.054) |
| Saldo em 31/12/2024 | | | 1.712 | 2.494 | | 4.206 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| Empresas | Natureza | Controladora | | Consolidado | |
|---|--|------------------|---------------|------------------|----------------|
| | | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| | | Resultado | | Resultado | |
| Chapada Branca Holding S.A. | Custo compartilhado | | | (4.032) | (4.476) |
| Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A. | Custo compartilhado | | | | |
| Total | | | | (4.032) | (4.476) |
| Ventos de Santa Joana I | Receita financeira de cessão de recebíveis | 10.417 | 8.933 | | |
| Ventos de Santa Joana III | Receita financeira de cessão de recebíveis | 6.024 | 7.831 | | |
| Ventos de Santa Joana IV | Receita financeira de cessão de recebíveis | 9.987 | 8.721 | | |
| Ventos de Santa Joana V | Receita financeira de cessão de recebíveis | 10.849 | 8.792 | | |
| Ventos de Santa Joana VII | Receita financeira de cessão de recebíveis | 11.525 | 9.117 | | |
| Ventos de Santo Augusto IV | Receita financeira de cessão de recebíveis | 7.881 | 8.779 | | |
| Total | | 56.683 | 52.173 | | |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Compartilhamento de custos e despesas

Em 31 de dezembro 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantinha contratos de compartilhamentos de custos com partes relacionadas, a saber:

(a) Compartilhamento de custos e despesas complexo de Chapadas

O Grupo mantém contrato de compartilhamento de custos e despesas entre as empresas do complexo de Chapada do Piauí I Holding S.A., Chapada do Piauí II Holding S.A. e Chapada do Piauí III Holding S.A., o qual tem por objeto compartilhar entre as empresas custos e despesas que venham a incorrer na operação e manutenção dos parques eólicos e que tragam benefícios para as partes envolvidas. O rateio é realizado com base na potência instalada de cada usina.

(b) Compartilhamento de despesas do escritório de São Paulo - SP

A controladora Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato de compartilhamento de despesas com as suas subsidiárias, com objetivo compartilhar, substancialmente, despesas com pessoal, gerais e administrativas, as quais são repassadas com base em critério de rateio definido em contrato firmado entre as partes e acordo de acionistas.

(c) Compartilhamento de custos e despesas do escritório de Natal - RN

Além dos contratos de compartilhamento de custos supracitados, a controladora Chapada Branca Holding S.A. mantém contrato referente aos custos do Centro de Operação de Geração ("COG") em Natal - RN, com suas subsidiárias.

O COG monitora as operações das usinas eólicas dos complexos de Chapadas e Asa Branca Holding S.A., nesse sentido, os custos incorridos nessa filial, são compartilhados de acordo com a potência instalada das usinas beneficiadas.

(d) Fornecedores

O saldo de fornecedores é decorrente dos contratos de manutenção dos parques, os quais foram realizados entre as controladas da Companhia e empresa pertencente ao grupo do acionista minoritário da controladora Chapada Branca Holding S.A.

Remuneração do pessoal chave da administração

A Companhia mantém política de remuneração de alta administração. Tais remunerações totalizaram R\$ 112 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 126 em 31 de dezembro de 2023).

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10 Depósitos vinculados ao financiamento

Os Depósitos vinculados exigidos pelo contrato de financiamento são compostos pelas contas reservas mencionadas abaixo:

- (a) **“Conta Reserva do Serviço da Dívida”**: contas correntes de titularidade das Companhia, não movimentáveis, constituídas em benefício do BNDES, para as quais são transferidos das contas centralizadoras, até o último dia da carência, os valores necessários para perfazerem os saldos correspondentes a 3 (três) vezes os valores das últimas prestações vencidas dos serviços das dívidas. Em 31 de dezembro 2024 o saldo é de R\$ 18.696 (R\$ 16.787 em 31 de dezembro de 2023).
- (b) **Conta Reserva de O&M**: contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, cujos saldos devem perfazer os montantes equivalentes a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores anuais de pagamentos de cada uma das SPEs em decorrência dos respectivos contratos de O&M, devendo providenciar-se, a cada 31 de dezembro, para que os saldos correspondam a $\frac{1}{4}$ (um quarto) dos valores de pagamentos previstos para o ano subsequente. Em 31 de dezembro de 2024 o saldo é de R\$ 6.067 (R\$ 2.969 em 31 de dezembro de 2023).
- (c) **“Conta Centralizadora”**: contas correntes de titularidade da Companhia, não movimentáveis, constituídas exclusivamente para receberem os recursos derivados dos contratos de cessão de recebíveis, bem como os recursos de qualquer transferência de valor realizado pelas SPEs às suas respectivas holdings, por qualquer meio legal e contabilmente permitido, com o intuito de realizar o pagamento dos serviços das dívidas decorrentes dos instrumentos de financiamento. Em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.196.

A posição do Grupo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 31.309 (R\$ 19.756 em 31 de dezembro de 2023).

11 Tributos diferidos

Política contábil

Os tributos diferidos são constituídos com base nas diferenças temporárias existentes entre a base de cálculo contábil e fiscal oriundas dos desvios apurados entre a energia gerada e a efetivamente faturada das controladas do Grupo. Os impostos diferidos foram calculados utilizando como forma de tributação o lucro presumido. A expectativa de realização dos respectivos impostos está de acordo com os ciclos anuais e quadrienais dos contratos de comercialização de energia.

Composição

| | Consolidado | |
|---|--------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Ativo de imposto diferido sobre a provisão de ressarcimento | | |
| Ativo de imposto diferido a ser recuperado em até 12 meses | 4.040 | 4.463 |
| Ativo de imposto diferido a ser recuperado depois de mais de 12 meses | 643 | 229 |
| | 4.683 | 4.692 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

| | 31/12/2024 | Consolidado 31/12/2023 |
|--------------------------------------|-------------------|-----------------------------------|
| Em 1º de janeiro | 4.692 | 4.819 |
| Compensação e reversão | 594 | (594) |
| Despesa da demonstração do resultado | (603) | 467 |
| | 4.683 | 4.692 |

12 Investimentos

Política contábil

Os investimentos em Controladas são aqueles em que a Controladora está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade, e tem a capacidade de interferir nesses retornos por meio do poder que exerce sobre ela.

Esses investimentos são avaliados pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da Controladora e consolidados integralmente para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Composição e movimentação do investimento

| | Ventos de Santa Joana I | Ventos de Santa Joana III | Ventos de Santa Joana IV | Ventos de Santa Joana V | Ventos de Santa Joana VII | Ventos de Santo Augusto IV | Total do investimento |
|---|-------------------------|---------------------------|--------------------------|-------------------------|---------------------------|----------------------------|-----------------------|
| | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | 100% | |
| Participação acionária | | | | | | | |
| Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2023 | 33.986 | 38.854 | 51.696 | 62.947 | 50.930 | 44.155 | 282.568 |
| Equivalência patrimonial | (73) | (1.778) | (1.988) | (443) | (104) | (2.288) | (6.674) |
| 31 de dezembro de 2023 | 33.913 | 37.076 | 49.708 | 62.504 | 50.826 | 41.867 | 275.894 |
| Equivalência patrimonial | (3.024) | (1.957) | (5.711) | (6.248) | (5.729) | (2.763) | (25.432) |
| Aumento de Capital | 5.600 | | 15.800 | 7.600 | 7.900 | 11.000 | 47.900 |
| 31 de dezembro de 2024 | 36.489 | 35.119 | 59.797 | 63.856 | 52.997 | 50.104 | 298.362 |

(b) Resumo das informações financeiras das controladas

| | 31/12/2024 | | | | | |
|----------------------------|------------------|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------|---------------------------|
| Controladas | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio Líquido | Demonstração do resultado |
| Ventos de Santa Joana I | 6.828 | 115.839 | 43.885 | 42.293 | 36.489 | (3.024) |
| Ventos de Santa Joana III | 7.374 | 104.415 | 51.002 | 25.668 | 35.119 | (1.957) |
| Ventos de Santa Joana IV | 6.432 | 122.913 | 44.038 | 25.510 | 59.797 | (5.711) |
| Ventos de Santa Joana V | 6.823 | 123.533 | 39.452 | 27.048 | 63.856 | (6.248) |
| Ventos de Santa Joana VII | 7.001 | 125.112 | 44.212 | 34.904 | 52.997 | (5.729) |
| Ventos de Santo Augusto IV | 7.673 | 125.591 | 52.414 | 30.746 | 50.104 | (2.763) |
| Total | 42.131 | 717.403 | 275.003 | 186.169 | 298.362 | (25.432) |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

| | 31/12/2023 | | | | | |
|----------------------------|-------------------------|-----------------------------|---------------------------|-------------------------------|---------------------------|----------------------------------|
| Controladas | Ativo circulante | Ativo não circulante | Passivo circulante | Passivo não circulante | Patrimônio Líquido | Demonstração do resultado |
| Ventos de Santa Joana I | 9.405 | 117.834 | 50.633 | 42.693 | 33.913 | (73) |
| Ventos de Santa Joana III | 11.997 | 106.083 | 55.591 | 25.413 | 37.076 | (1.778) |
| Ventos de Santa Joana IV | 2.859 | 116.207 | 43.567 | 25.791 | 49.708 | (1.988) |
| Ventos de Santa Joana V | 13.553 | 122.698 | 45.436 | 28.311 | 62.504 | (443) |
| Ventos de Santa Joana VII | 9.456 | 121.261 | 43.665 | 36.226 | 50.826 | (104) |
| Ventos de Santo Augusto IV | 8.668 | 124.124 | 61.253 | 29.672 | 41.867 | (2.288) |
| Total | 55.938 | 708.207 | 300.145 | 188.106 | 275.894 | (6.674) |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

13 Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

As Controladas reconhecem uma obrigação (nota 17 (a)) para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrem, tendo como contrapartida o respectivo ativo imobilizado.

A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada.

As taxas anuais de depreciação dos bens vinculados ao setor elétrico estabelecidas no Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, deverão ser adotadas pelas concessionárias e permissionárias do serviço público de geração, transmissão e distribuição. Os outorgados, cujo ato de outorga não prevê indenização dos bens ao término do prazo contratual, devem amortizar esses bens pelo prazo da concessão/autorização.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Sempre que um bem sofrer um reparo, reforma ou transformação que resulte na alteração de sua vida útil, este valor poderá ser imobilizado em adição ao valor residual do ativo. A contagem da vida útil do bem deverá ser reiniciada, de acordo com as taxas de depreciação regulatórias vigentes.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros ganhos (perdas), líquidos" na demonstração do resultado.

As taxas de depreciação utilizadas nas Controladas da Companhia são baseadas nas premissas dispostas na resolução normativa Nº 674/2015 de 11 de agosto de 2015 da ANEEL, ajustado ao prazo de autorização.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição

| | Consolidado | | | | |
|----------------------------------|---------------------------------|--|--|-----------------------------------|----------------|
| | Imobilizado em andamento | Máquinas, equipamentos e outros | Edificações, obras civis e benfeitorias | Provisão de desmobilização | Total |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 1.765 | 705.000 | 4.759 | 744 | 712.268 |
| Adições | 12.221 | 18.948 | | | 31.169 |
| Remensuração | | | | 988 | 988 |
| Baixa imobilizado | (530) | (10.542) | | | (11.072) |
| Depreciação | | (34.755) | (199) | (43) | (34.997) |
| Baixa depreciação | | 2.846 | | | 2.846 |
| Transferência | (12.251) | 12.217 | 34 | | |
| Saldo contábil, líquido | 1.205 | 693.714 | 4.594 | 1.689 | 701.202 |
| Custo | 1.205 | 947.662 | 7.079 | 2.402 | 958.348 |
| Depreciação acumulada | | (253.948) | (2.485) | (713) | (257.146) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 1.205 | 693.714 | 4.594 | 1.689 | 701.202 |
| Adições | 32.235 | 30.715 | | | 62.950 |
| Baixa imobilizado | | (24.339) | | (747) | (25.086) |
| Depreciação | | (35.575) | (215) | (83) | (35.873) |
| Baixa depreciação | | 6.894 | | | 6.894 |
| Transferência | (17.791) | 17.381 | 410 | | |
| Saldo contábil, líquido | 15.649 | 688.790 | 4.789 | 859 | 710.087 |
| Custo | 15.649 | 971.419 | 7.489 | 1.655 | 996.212 |
| Depreciação acumulada | | (282.629) | (2.700) | (796) | (286.125) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 15.649 | 688.790 | 4.789 | 859 | 710.087 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(a) Aquisições

As adições ao imobilizado referem-se substancialmente aos investimentos no parque eólico, que consiste na substituição de peças e partes dos aerogeradores, com o objetivo de aumentar as margens de segurança e eliminar defeitos provenientes de falhas de manufatura.

(b) Bens em garantia

Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia dá ao banco a propriedade fiduciária dos aerogeradores, que estão substancialmente alocados na rubrica de máquinas, equipamentos e outros.

14 Intangível

Política contábil

Direito de uso de servidão

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com tal finalidade, como servidões de passagem. Geralmente são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à geração de energia na área de concessão do Grupo e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

Estes ativos intangíveis são de vida útil definida e serão amortizados em 30 anos.

Softwares

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos *softwares*, que em geral é de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em exercício subsequente.

Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a três anos.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição

| | Consolidado | | |
|----------------------------------|--------------------------------------|-----------------|--------------|
| | Direito de uso de Serviço | Software | Total |
| Em 1º de janeiro de 2023 | 2.113 | 2 | 2.115 |
| Amortização | (181) | (2) | (183) |
| Saldo contábil, líquido | 1.932 | | 1.932 |
| Custo | 3.326 | 38 | 3.364 |
| Amortização acumulada | (1.394) | (38) | (1.432) |
| Em 31 de dezembro de 2023 | 1.932 | | 1.932 |
| Amortização | (179) | | (179) |
| Saldo contábil, líquido | 1.753 | | 1.753 |
| Custo | 3.326 | 38 | 3.364 |
| Amortização acumulada | (1.573) | (38) | (1.611) |
| Em 31 de dezembro de 2024 | 1.753 | | 1.753 |

15 Fornecedores

Política contábil

O saldo de fornecedores representa obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, são apresentadas como passivo não circulante.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, estes passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.

Composição

| | Controladora | | Consolidado | |
|-----------------------------------|---------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Materiais e serviços | 28 | 8 | 1.594 | 3.699 |
| Aquisições de ativos imobilizados | | | 8.376 | 9.658 |
| Custo de transmissão | | | 234 | 668 |
| Taxa de fiscalização Aneel | | | 19 | 57 |
| | 28 | 8 | 10.223 | 14.082 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

16 Financiamento

Política contábil

O financiamento é reconhecido, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, o financiamento captado é apresentado pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

Os custos financeiros incorridos em virtude da captação de financiamento e são reconhecidos em rubrica redutora da dívida no passivo e amortizados pelo prazo do contrato, de acordo com a taxa efetiva de juros. Quando não houver evidências da probabilidade de captação de parte ou da totalidade da dívida, os custos financeiros já incorridos são reconhecidos no resultado do exercício.

O financiamento é classificado como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os custos do financiamento gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um exercício de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de financiamento são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

Composição

| | Controladora e Consolidado | |
|--------------------------------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Circulante | | |
| Financiamento | 40.262 | 332.386 |
| (-) Custo de colocação financiamento | | (1.932) |
| | 40.262 | 330.454 |
| Não circulante | | |
| Financiamento | 255.441 | |
| (-) Custo de colocação financiamento | (1.446) | |
| | 253.995 | |
| Total | 294.257 | 330.454 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação de financiamento:

| Movimentação | Controladora e Consolidado | | | | | |
|------------------------------------|----------------------------|---|--------------------|----------------|---|------------------------|
| | Natureza | | Passivo circulante | Natureza | | Passivo não circulante |
| | Financiamento | (-) Custo de colocação financiamento | Total | Financiamento | (-) Custo de colocação financiamento | Total |
| Saldo em 01/01/2023 | 367.790 | (2.442) | 365.348 | | | |
| Provisão de juros | 27.894 | | 27.894 | | | |
| Atualização monetária | 3.520 | | 3.520 | | | |
| Amortização de custos de colocação | | 510 | 510 | | | |
| Liquidação do principal | (38.806) | | (38.806) | | | |
| Liquidação dos encargos | (28.012) | | (28.012) | | | |
| Saldo em 31/12/2023 | 332.386 | (1.932) | 330.454 | | | |
| Provisão de juros | 25.041 | | 25.041 | | | |
| Atualização monetária | | | | 2.614 | | 2.614 |
| Amortização de custos de colocação | | | | | 486 | 486 |
| Liquidação do principal | (39.099) | | (39.099) | | | |
| Liquidação dos encargos | (25.239) | | (25.239) | | | |
| Transferência | (252.827) | 1.932 | (250.895) | 252.827 | (1.932) | 250.895 |
| Saldo em 31/12/2024 | 40.262 | | 40.262 | 255.441 | (1.446) | 253.995 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição por ano de vencimento

| Vencimento | Controladora e Consolidado | |
|------------|----------------------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| 2024 | | 332.386 |
| 2025 | 40.262 | |
| 2026 | 39.299 | |
| 2027 | 39.299 | |
| 2028 | 39.299 | |
| 2029 | 39.299 | |
| 2030 | 39.299 | |
| 2031 | 39.299 | |
| 2032 | 19.647 | |
| | 295.703 | 332.386 |

Em 30 de novembro de 2015, a Companhia obteve financiamento junto ao BNDES mediante contrato nº 15.2.0428.1, no valor total de R\$ 575.079, a ser pago em 192 parcelas a partir de 15 de julho de 2016, com taxa de juros de 2,18% a.a. (a título de remuneração) acima da TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil sobre o valor principal de R\$ 571.079 e apenas TJLP para parcela do financiamento no montante de R\$ 4.000.

O financiamento obtido está sujeito a cláusulas restritivas cujo descumprimento pode resultar em antecipação do vencimento das obrigações. Conforme estabelecido no contrato a Companhia realizou a medição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e identificou que não atingiu o ICSD mínimo exigido, que é de 1,20.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia não obteve o *waiver* do BNDES durante o exercício. Sendo assim, em conformidade com o que é determinado nas normas contábeis vigentes, o montante correspondente às parcelas da dívida exigíveis em longo prazo foi classificado no passivo circulante.

Já para a mensuração do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foi identificado o não atingimento do ICSD mínimo, porém, a Companhia recebeu do BNDES em 30 de dezembro de 2024 a carta de anuência ("*waiver*") quanto à dispensa do cumprimento das obrigações de manutenção do ICSD Consolidado mínimo de 1,20 em relação ao exercício de 2024. Portanto, a Companhia reclassificou o montante de R\$262.805 que estava classificado no passivo circulante para a rubrica de passivo não circulante no referido exercício. Cabe salientar que o referido *waiver* possui condições resolutivas.

17 Provisões

Política contábil

As provisões são compostas substancialmente por provisões de desmobilização, ressarcimento e liminar excludente de responsabilidade que são reconhecidas quando:

1. O Grupo tiver uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos;
2. É provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e
3. O valor puder ser estimado com segurança.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida quando a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja provável.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Provisão para desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar e recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental, cuja degradação precisa ser compensada.

As provisões para desmobilização de ativos consideram que as controladas, ou seja, parques eólicos com contratos de arrendamentos dos terrenos, assumiram obrigações de retirada de ativos ao final do prazo do contrato. As provisões foram inicialmente mensuradas ao seu valor justo e, posteriormente, são ajustadas ao valor presente e mudanças nos valores ou tempestividades dos fluxos de caixa estimados. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo imobilizado e serão depreciados ao longo da vida útil remanescente do ativo.

O valor da provisão de desmobilização, no consolidado, foi contabilizado com base em estimativa do custo total de desmontagem das plantas das controladas da Companhia, conforme laudo técnico efetuado por consultor externo especialista do mercado de energia eólica. Este laudo efetuado em 2023 leva em consideração as obrigações de desmobilização existentes que são em função dos contratos regulatórios, ambientais e de arrendamentos dos terrenos das controladas, tendo como contrapartida o ativo imobilizado. Os valores do laudo com data base 2023 foram projetados até o término dos contratos de arrendamento dos terrenos com uma taxa de inflação de 3,90% (3,50% em 2023) ao ano e atualizados a valor presente a uma taxa de desconto de 11,36% (10,36% em 2023) ao ano. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de autorização do parque eólico.

Composição

| | Consolidado | |
|----------------------------|--------------|--------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Não circulante | | |
| Provisão de desmobilização | 6.050 | 6.159 |
| | 6.050 | 6.159 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

| | Consolidado | | | |
|---------------------------------|----------------|-----------------------------|--------------|--------------|
| | | | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| | Desmobilização | (-) Ajuste a valor presente | Total | Total |
| Saldo inicial do exercício | 79.926 | (73.767) | 6.159 | 4.587 |
| Remensurações (i) | | | | 988 |
| (-) reversão | 9.223 | (9.970) | (747) | |
| Atualização financeira | | 638 | 638 | 584 |
| Saldo final do exercício | 89.149 | (83.099) | 6.050 | 6.159 |

(i) Em 2023, houve a remensuração dos custos de desmobilização dos ativos das controladas da Companhia, tendo como contrapartida a rubrica do ativo imobilizado. Por se tratar de uma obrigação a ser exigida em longo prazo, os custos atuais estimados foram atualizados levando em consideração a inflação projetada até o momento da realização da obrigação, no caso foi utilizado o IPCA (que representa a melhor estimativa desse mesmo custo no futuro), descontados a valor presente com base na taxa indicativa do título de dívida pública do governo com vencimento semelhante ao prazo da exigência da obrigação de desmobilização.

(b) Provisão de ressarcimento

A Conta Ressarcimento com a CCEE reflete os efeitos sobre a geração de energia fora dos limites de tolerância estabelecidos (energia efetivamente gerada e a energia contratada). Tais variações fora dos limites implicam no registro por estimativa de ativos ou passivos contratuais. A administração do Grupo entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

entende que a análise do atendimento a estes limites é uma estimativa significativa.

Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado - CCEAR

As Controladas da Companhia firmaram Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR"), na modalidade disponibilidade de energia elétrica com 28 distribuidores de energia elétrica no 17º leilão de energia nova promovido em 18 de novembro de 2013.

Pelos contratos em questão, as Controladas da Companhia comprometem-se a vender a totalidade de sua energia gerada às distribuidoras, pelo prazo de 20 anos, a contar de 01 de janeiro de 2016 ao preço médio de R\$132,56 por MWh, a serem atualizados anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), sendo o preço médio dos CCEARs em 31 de dezembro de 2024 igual a R\$236,08 MWh.

Os limites operacionais contratuais aceitáveis sem cobrança de penalidades ou pagamentos de bônus estão nas faixas que variam de 90% a 130% da energia contratada no 1º ano, 90% a 120% no 2º ano, 90% a 110% no 3º ano e 90% a 100% no 4º ano, e apurada ao final de cada ano. Ao final de cada quadriênio apura-se a entrega de ao menos 100% do volume contratado para o período. Nesses casos, os desvios que porventura superem estes limites são reconhecidos no ativo ou passivo, respectivamente, mediante a aplicação dos fatores de penalidades ou bônus sobre o MWh a ser entregue.

Eventuais diferenças entre a geração e a entrega de energia elétrica prevista em contrato serão compensadas em 12 parcelas pelo ressarcimento anual e/ou quadrienal, sendo que o primeiro quadriênio se encerrou em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

- (i) **Ressarcimento anual:** Caso a energia fornecida seja inferior a 90% da energia contratada anualmente, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo entre o preço contratual vigente e o preço de liquidação das diferenças (“PLD”) médio do ano na região Nordeste, sobre o montante em MWh que for inferior aos 90% da energia contratada. Caso a energia fornecida seja maior que os limites máximos anuais (130% no primeiro, 120% no segundo, 110% no terceiro e 100% no quarto ano) da energia contratada, das controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD da região Nordeste sobre o montante em MWh que extrapolar os limites estabelecidos para cada ano. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 90%, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais após a conclusão de todo o processo de apuração no próximo ano contratual, mediante liquidação das faturas mensais emitidas.
- (ii) **Ressarcimento quadriênial:** Caso a energia gerada no período seja inferior a 100% da energia contratada no final de cada quadriênio, o valor do ressarcimento será equivalente à aplicação do máximo valor entre o preço contratual vigente ajustado por um valor de penalidade de 6%, ou o PLD médio do quadriênio na região Nordeste) sobre o montante em MWh que for inferior aos 100% e superior a 90% do montante contratado (lembrando que o ressarcimento anual captura os desvios inferiores a 90%). Caso a energia fornecida seja superior a 100% da energia contratada, as controladas da Companhia receberão o valor equivalente a aplicação do PLD no Nordeste sobre o montante em MWh. No caso de ressarcimento em decorrência de energia fornecida ser inferior a 100% do volume contratado para o período, o acerto financeiro ocorre em 12 parcelas mensais a partir do primeiro mês seguindo o final do último ano contratual do quadriênio, mediante liquidação das faturas mensais emitidas. O primeiro quadriênio encerrou-se em 31 de dezembro de 2019 e o próximo se encerrará em 31 de dezembro de 2027.

Composição

| | Consolidado | |
|-------------------------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Circulante | | |
| Provisão de ressarcimento (i) | 17.738 | 82.575 |
| Provisão de despacho (ii) | 113.429 | 62.342 |
| | 131.167 | 144.917 |
| Não circulante | | |
| Provisão de ressarcimento (i) | 20.893 | 7.408 |
| | 20.893 | 7.408 |
| Total | 152.060 | 152.325 |

(i) A provisão do ressarcimento está sendo demonstrada sem os efeitos da provisão de ressarcimento do despacho nº 2.303/2019 mencionado no item (ii). Cabe salientar que a provisão reconhecida já está apresentada líquida do montante relativo ao *curtailment* (situações de corte de geração, denominadas no setor elétrico como *constrained-off*, que ocorrem quando há descasamento entre a oferta de energia disponível e a demanda) determinados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, tendo como base a Resolução Normativa nº 1.030/2022 que revoga a Resolução Normativa nº 923/2021 e consolida procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas. Sendo assim, o Grupo reconheceu os montantes relativos aos volumes de energia não gerada por motivo de *curtailment* como redutor da provisão de ressarcimento no referido período.

(ii) O Despacho 2303/2019, emitido pela ANEEL, suspendeu os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a CCEE para analisar e para regulamentar o *constrained-off* de usinas eólicas. Ou seja, tal suspensão permanece vigente até a decisão final sobre o resultado da Audiência Pública nº 034/2019, a qual visa regular os procedimentos e critérios para apuração da restrição de operação por *constrained-off*.

O *constrained-off* pode ser definido como a redução de geração definida pelo ONS – Operador Nacional do Sistema Elétrico, devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nestes casos, o gerador fica impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras. Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 23 de março de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Normativa nº 927 de 2021, e, em 29 de abril de 2022, o Despacho 1.151/2022, que em conjunto regulamentaram a metodologia para cálculo de energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. A

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

regulamentação estipula uma metodologia de cálculo para os eventos ocorridos até setembro de 2021, e outra para os eventos ocorridos posteriormente a esta data.

No entanto, em 13 de maio de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 355/22, informando a necessidade de adequações e testes sistêmicos, bem como troca de informações e validação de parâmetros de entrada com o ONS- Operador Nacional do Sistema Elétrico. Informou também que apenas após esta etapa concluída apresentaria ao mercado novo cronograma de operacionalização dos cálculos dos ressarcimentos. Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE publicou o comunicado nº 970/22, divulgando o cronograma de reapurações dos ressarcimentos, que tiveram início em junho de 2023 e foram realizadas em parcelas de 2 a 4 meses, contemplando apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Para o período a partir de outubro de 2021 ainda será divulgado novo cronograma, pois a Consulta Pública ANEEL nº 22/2022, que visa a aprovação das Regras de Comercialização da CCEE, necessárias para realizar o cálculo para o período, não foi concluída até o momento.

Cabe ressaltar que o Grupo reconheceu as provisões de *constrained-off* normalmente nos exercícios supracitados. A liquidação dos valores provisionados iniciou-se em 2023, seguindo o calendário divulgado pela CCEE, conforme indicado na nota 1.3 (b).

(c) Provisões liminar excludente

Conforme determinou a Portaria nº 226, de 5 de julho de 2013 do Ministério de Minas e Energia, os empreendimentos negociados no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-3" de 2013, ocorrido em 18 de novembro de 2013, deveriam ter seu suprimento de energia elétrica iniciado em 1º de janeiro de 2016. Nesse sentido, o Grupo através de seus consultores externos, entrou com o processo judicial contra a ANEEL, a fim de reconhecer seu direito de não ser penalizada em virtude do atraso na implementação das usinas eólicas, alegando a ocorrência de causas excludentes de responsabilidade do Grupo pelos fatores que ocasionaram os atrasos no cronograma de obras das usinas, tais como:

- (i) Embargo ilegal realizado por órgão ambiental incompetente – ICM-Bio;
- (ii) Queda de linha de transmissão de outras empresas sobre as linhas de transmissão das usinas do Grupo.

A provisão foi calculada com base nos possíveis efeitos financeiros relacionados a venda de energia durante o período pré-operacional dos parques, em função do atraso no início das operações, considerando uma eventual revogação da atual liminar. A provisão está reconhecida no passivo circulante pelo fato da liminar se tratar de uma tutela provisória que pode ser revogada a qualquer momento em caso de sentença desfavorável ao Grupo.

Tais efeitos são calculados de acordo com os dados contabilizados na CCEE à época das liminares e atualizados mensalmente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado e IPCA - Índice Nacional de Preço ao Consumidor Amplo.

Composição

| | <u>31/12/2024</u> | <u>Consolidado</u> <u>31/12/2023</u> |
|------------------------------|-------------------|---|
| Circulante | | |
| Provisões liminar excludente | 26.711 | 24.841 |
| | <u>26.711</u> | <u>24.841</u> |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Movimentação

| Movimentação | Provisões liminar excludente | Provisão de ressarcimento | Provisão de despacho | Consolidado | | |
|----------------------------|---------------------------------|------------------------------|-------------------------|--------------------|------------------------------|---------------|
| | | | | Passivo circulante | Passivo não circulante | |
| | | | | Total | Provisão de ressarcimento | Total |
| Saldo em 01/01/2023 | 24.225 | 13.397 | 105.856 | 143.478 | 51.916 | 51.916 |
| Provisão (reversão) | | 14.670 | (19.287) | (4.617) | 19.761 | 19.761 |
| Atualização Financeira | 616 | | 4.101 | 4.717 | | |
| Pagamento | | | (38.089) | (38.089) | | |
| Transferência | | 54.508 | 9.761 | 64.269 | (64.269) | (64.269) |
| Saldo em 31/12/2023 | 24.841 | 82.575 | 62.342 | 169.758 | 7.408 | 7.408 |
| Provisão | | 10.405 | 19.279 | 29.684 | 20.894 | 20.894 |
| Pagamento | | | (54.266) | (54.266) | | |
| Atualização financeira | 1.870 | | 3.423 | 5.293 | | |
| Transferência | | (75.242) | 82.651 | 7.409 | (7.409) | (7.409) |
| Saldo em 31/12/2024 | 26.711 | 17.738 | 113.429 | 157.878 | 20.893 | 20.893 |

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(d) Provisão para contingências e depósitos judiciais

O Grupo possui questões cíveis, tributárias e trabalhistas em andamento, cujas avaliações, efetuadas por seus assessores jurídicos, são consideradas de risco possível portanto, não é requerido o registro de provisão para perdas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, determinados contratos com assessores jurídicos, que defendem o Grupo nesses processos, preveem honorários que somente serão devidos quando do êxito da ação em favor do Grupo, mediante percentuais sobre as causas, conforme previstos em contratos.

Composição causas possíveis

| Empresas | Consolidado | | | |
|----------------------------|--------------|---------------|-------------|---------------|
| | Ambientais | Cíveis | Tributários | Total |
| Ventos de Santa Joana I | | 4.503 | 218 | 4.721 |
| Ventos de Santa Joana III | | 4.408 | 218 | 4.626 |
| Ventos de Santa Joana IV | | 4.419 | 218 | 4.637 |
| Ventos de Santa Joana V | | 4.500 | | 4.500 |
| Ventos de Santa Joana VII | | 4.483 | | 4.483 |
| Ventos de Santo Augusto IV | | 6.215 | | 6.215 |
| Saldo em 31/12/2023 | | 28.528 | 654 | 29.182 |
| Ventos de Santa Joana I | | 4.356 | 32 | 4.388 |
| Ventos de Santa Joana III | | 4.261 | 32 | 4.293 |
| Ventos de Santa Joana IV | | 4.273 | 32 | 4.305 |
| Ventos de Santa Joana V | 9 | 4.347 | 32 | 4.388 |
| Ventos de Santa Joana VII | | 4.345 | 32 | 4.377 |
| Ventos de Santo Augusto IV | 2.074 | 4.263 | 32 | 6.369 |
| Saldo em 31/12/2024 | 2.083 | 25.845 | 192 | 28.120 |

As ações cíveis são referentes a questões imobiliárias, bem como pedidos de indenização formulados por proprietários de imóveis que alegam que não podem mais usufruir de seus imóveis pelo fato da instalação de linha de transmissão que passa pela propriedade.

Os depósitos judiciais no consolidado são referentes a processos cível e tributários no montante de R\$ 118 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 110 em 31 de dezembro de 2023).

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

18 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 538.617 correspondente a 538.617.344 ações conforme AGE de 12 de setembro de 2024 estando esta quantia totalmente subscrita e integralizada (em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito da Companhia era de R\$ 499.617, dividido em 499.617.344 ações, estando a quantia de R\$ 458.617, correspondente a 458.617.344 ações totalmente subscritas e integralizadas e a quantia de R\$ 41.000 correspondente a 41.000.000 ações a serem integralizadas).

| Acionistas | % | Controladora e Consolidado | | | |
|-------------------------------------|------|----------------------------|------------------------------|------------------------|------------------------------|
| | | 31 de dezembro de 2024 | | 31 de dezembro de 2023 | |
| | | Quantidade de ações | Capital social integralizado | Quantidade de ações | Capital social integralizado |
| Chapada Branca Holding S.A. | 51% | | | 233.894.845 | 233.895 |
| Centrais Elétricas Brasileiras S.A. | 49% | | | 224.722.499 | 224.722 |
| Chapada Branca Holding S.A. | 100% | 538.617.344 | 538.617 | | |
| | | 538.617.344 | 538.617 | 458.617.344 | 458.617 |

(b) Aumento de capital

Em assembleia geral extraordinária realizada em 12 de setembro de 2024, foi deliberado o aumento de capital da Companhia em R\$ 39.000.

(c) Lucro (prejuízo) básico e diluído por lote de mil ações

| | Consolidado | |
|---|---------------|-------------|
| | 31/12/2024 | 30/12/2023 |
| Lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da companhia | (6.405) | 10.581 |
| Quantidade média ponderada de ações (milhares) | 448.862 | 464.150 |
| | (0,01) | 0,02 |

19 Receita líquida de vendas

Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela geração de energia elétrica no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos ressarcimentos.

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando existe evidência convincente de que houve:

- a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente;
 - a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato;
 - a determinação do preço para cada tipo de transação;
 - a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e
- o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e descontadas subsequentemente no exercício seguinte e quadriênio.

A reconciliação entre as vendas brutas e a receita líquida é como segue:

Composição

| | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|
| | 31/12/2024 | 30/12/2023 |
| Receita com energia | 179.569 | 172.142 |
| (-) Provisão de ressarcimento | (31.299) | (34.431) |
| Receita bruta | 148.270 | 137.711 |
| Receita bruta mercado livre | 2.087 | 5.498 |
| Total receita bruta | 150.357 | 143.209 |
| (-) Impostos sobre vendas | (5.487) | (5.165) |
| (-) Taxa de fiscalização dos serviços de energia elétrica – TFSEE | (706) | (658) |
| Receita líquida | 144.164 | 137.386 |

20 Custo do serviço de energia elétrica

| | Consolidado | |
|---|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Energia elétrica comprada para revenda | (2.164) | (5.571) |
| Encargos de uso do sistema de conexão e transmissão | (8.198) | (7.921) |
| Custo de operação (a) | (67.167) | (57.321) |
| | (77.529) | (70.813) |

(a) Custo de operação

| | Consolidado | |
|---------------------------------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Pessoal | (2.399) | (2.594) |
| Manutenções | (2.815) | (1.137) |
| Materiais e serviços de terceiros (i) | (25.877) | (18.410) |
| Seguro Custo | (24) | |
| Depreciações e amortizações | (36.052) | (35.180) |
| | (67.167) | (57.321) |

(i) Em 2023, a prestação de serviços de operação e manutenção dos parques realizada por um terceiro tinha um escopo de trabalho limitado em relação às atividades de campo, pois muitas demandas adicionais necessárias para manter o parque em operação eram realizadas por equipe interna da Companhia. Em 2024, houve uma mudança na gestão e operação das atividades de campo, em linha com as estratégias do novo acionista, que adquiriu a controladora da Companhia, a Chapada Branca Holding S.A. (nota 1.3 (a)). Nesse sentido, houve a substituição do terceiro responsável pela prestação de serviço de operação e manutenção dos parques, o qual passou a assumir um escopo mais abrangente, envolvendo as atividades de campo e gestão de suprimentos, implicando, assim, em aumento dos custos dos serviços prestados.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

21 Despesas gerais e administrativas e outros ganhos (perdas), líquidos

| | Controladora | | Consolidado | |
|--------------------------------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Serviços de terceiros | (209) | (137) | (2.911) | (1.939) |
| Aluguéis | | | 3 | (10) |
| Seguros | | | (2.195) | (2.246) |
| Comunicações | | | (74) | (70) |
| Viagens | | | (145) | (129) |
| Despesas tributárias | (127) | (99) | (425) | (198) |
| Projetos sociais | | | | (496) |
| Outras despesas operacionais | (34) | (13) | (1.064) | (345) |
| Despesas compartilhadas | | | (4.032) | (4.476) |
| Outros ganhos (perdas), líquidos (i) | | | (15.865) | (6.773) |
| | (370) | (249) | (26.708) | (16.682) |

(i) A rubrica "Outros ganhos (perdas), líquido" é composta principalmente pela baixa de ativos imobilizados e por outras receitas.

22 Resultado financeiro

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

As receitas financeiras sobre aplicações financeiras são reconhecidas usando a taxa de juros de mercado prevista contratualmente. Os juros são incorporados às aplicações financeiras, em contrapartida de receitas financeiras.

As receitas financeiras sobre as contas a receber em atraso são reconhecidas conforme o prazo decorrido, usando a taxa de juros prevista contratualmente. Os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receitas financeiras.

As despesas financeiras sobre financiamento são reconhecidas a taxa de juros prevista contratualmente. As demais despesas financeiras compreendem preponderantemente os valores de atualizações financeiras e fianças bancárias.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Composição

| | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Receitas financeiras | | | | |
| Receitas de aplicações financeiras | 6.704 | 8.175 | 8.318 | 13.856 |
| PIS/COFINS sobre receita financeira | (2.953) | (2.809) | (2.953) | (2.809) |
| Receitas de partes relacionadas cessão de recebíveis | 56.683 | 52.173 | | |
| Variações cambiais líquidas | | | 610 | |
| Outras receitas financeiras | 126 | 63 | 250 | 188 |
| | 60.560 | 57.602 | 6.225 | 11.235 |
| Despesas financeiras | | | | |
| Juros financiamento | (25.041) | (27.894) | (25.041) | (27.894) |
| Atualização monetária | (2.614) | (3.520) | (2.614) | (3.520) |
| Amortização de custos da dívida | (486) | (510) | (486) | (510) |
| Fianças bancária | (4.237) | (1.999) | (4.432) | (2.174) |
| Atualização financeira de liminar excludente | | | (1.870) | (616) |
| Atualização financeira de desmobilização | | | (638) | (584) |
| Atualização financeira de ressarcimento (i) | | | (3.293) | (3.414) |
| Outras despesas financeiras | (632) | (836) | (769) | (869) |
| | (33.010) | (34.759) | (39.143) | (39.581) |
| Resultado financeiro | 27.550 | 22.843 | (32.918) | (28.346) |

(i) A atualização financeira da provisão do ressarcimento está apresentada líquida dos efeitos de PIS e COFINS.

23 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

A Companhia não possui impostos diferidos ativos registrados no balanço dado a incerteza da recuperabilidade, pois não há uma previsão de lucros tributáveis futuros, e conseqüentemente, um "valuation allowance" é reconhecido para anular o efeito no balanço.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto de renda e a contribuição social na Controladora são apurados com base no regime de tributação do lucro real e nas controladas são apurados com base no regime de tributação do lucro presumido. Com base neste último regime, o lucro tributável corresponde a 8% da receita de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeiras,

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

para fins de imposto de renda, e 12% das vendas de geração de energia elétrica, acrescido de outras receitas operacionais e financeira, para fins de contribuição social.

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, acrescido de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 para imposto de renda e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Reconciliação da despesa do imposto de renda e contribuição social

| | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 1.748 | 15.920 | 7.009 | 21.545 |
| Alíquota vigente | 34% | 34% | 34% | 34% |
| Imposto calculado com base na alíquota de imposto local, aplicável aos lucros | (594) | (5.413) | (2.383) | (7.325) |
| Despesas permanentes não dedutíveis | 39 | | 39 | |
| Prejuízos fiscais e ajustes temporários para os quais nenhum imposto diferido foi constituído | | 21 | | 21 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (8.647) | (2.269) | | |
| Utilização de prejuízos fiscais | 1.025 | 2.298 | 1.025 | 2.298 |
| Redutor adicional de 10% | 24 | 24 | 24 | 24 |
| Diferença de apuração pelo regime de lucro presumido | | | (12.119) | (5.982) |
| Encargo fiscal | (8.153) | (5.339) | (13.414) | (10.964) |
| Corrente | (8.153) | (5.339) | (12.811) | (11.431) |
| Diferido | | | (603) | 467 |
| Despesa de IRPJ e CSLL | (8.153) | (5.339) | (13.414) | (10.964) |

24 Compromissos

| | Consolidado | | | Total |
|-------------------------------|---------------|------------------|-----------------|----------------|
| | Até 1 ano | Entre 2 e 5 anos | Acima de 5 anos | |
| Arrendamento de terrenos (i) | 490 | 3.950 | 18.099 | 22.539 |
| Contrato de manutenção (ii) | 7.821 | 38.222 | 45.395 | 91.438 |
| Contrato de transmissão (iii) | 8.648 | 49.034 | 62.112 | 119.794 |
| | 16.959 | 91.206 | 125.606 | 233.771 |

(i) Arrendamento de terrenos

Contratos firmados com os proprietários das terras onde os parques eólicos são instalados e preveem prazo de locação de até 49 anos.

Os contratos arrendamentos contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados faturamento. Tais condições são específicas do setor. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem do faturamento são reconhecidos no resultado no exercício em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

(ii) Contrato de manutenção

Contratos firmados com o fornecedor especializado em manutenção de aerogeradores de cada parque eólico.

Chapada do Piauí II Holding S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2024

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Contrato de transmissão

São os contratos de longo prazo junto a empresas de transmissão para acesso ao Sistema Interligado Nacional e consequente transporte da energia gerada em cada parque eólico.

25 Atividade de investimento e financiamento não envolvendo caixa

A atividade de investimento descrita abaixo não tem impacto direto sobre os fluxos de caixa correntes, muito embora afete a estrutura de capital e de ativos do Grupo.

De acordo com o CPC 03 (R2), a exclusão de transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa da demonstração dos fluxos de caixa é consistente com o objetivo da referida demonstração, visto que tais itens não envolvem fluxos de caixa no período corrente.

| | Consolidado | Consolidado |
|---|--------------------|--------------------|
| | 31/12/2024 | 31/12/2023 |
| Principal transação que não afeta o caixa | | |
| Aquisições de bens do ativo imobilizado - a prazo | 8.376 | 9.658 |
| Em atividades de investimentos | 8.376 | 9.658 |
| Capital a integralizar | | 41.000 |
| Em atividades de financiamento | | 41.000 |

26 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2024, o Grupo possuía cobertura de seguro patrimonial e lucros cessantes com valor em risco em montante equivalente ao valor total dos ativos e lucros estimados para o período de 12 meses, e limite máximo de indenização de R\$ 428.435 e o seguro de responsabilidade civil com limite máximo de indenização de R\$ 70.000. Cabe salientar que as apólices dos respectivos seguros são compartilhadas entre acionistas, controladas e coligadas da Companhia.

A Administração entende que as coberturas mencionadas acima representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas (não auditado).

27 Eventos subsequentes

Em 05 de fevereiro de 2025, a Companhia integralizou capital em suas controladas conforme segue:

| Controladas | Valor |
|---------------------------|--------------|
| Ventos de Santa Joana I | 600 |
| Ventos de Santa Joana IV | 1.000 |
| Ventos de Santa Joana V | 500 |
| Ventos de Santa Joana VII | 500 |
| Total | 2.600 |

* * *